



METROVIÁRIOS DO BRASIL

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS METROVIÁRIOS - FENAMETRO - ANO I - Nº 9 - MAIO DE 2005

Metroviários na luta por conquistas e contra a terceirização

A campanha salarial dos metroviários brasileiros já teve início em todos os Estados. Mesmo em Brasília, onde a data base é em março, os metroviários buscam a reposição das perdas, a manutenção e ampliação das conquistas e combatem a terceirização e a privatização/concessão, que direta ou indiretamente vem ameaçando toda a categoria nacionalmente.

A campanha salarial neste ano tem um elemento novo, que nos foi imposto pela aprovação no Senado Federal da emenda constitucional 45, que promoveu a Reforma do Judiciário e acabou com o dissídio coletivo ao extinguir o poder normativo da Justiça do Trabalho. Está explícito na nova legislação que o Tribunal do Trabalho só poderá julgar um dissídio coletivo se as duas partes, consensualmente, solicitarem a sua mediação.

No entanto, a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais - CNPL entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, questionando o fim do poder normativo e a sua inconstitucionalidade.



Manifestação dos metroviários paulistas no dia 24/05, no centro de SP

Até o momento, no entanto, nenhum novo dissídio coletivo foi julgado para que pudéssemos ter uma avaliação sobre a postura que os Tribunais do Trabalho se comportarão

frente à nova legislação.

Os metroviários, que sabem muito bem todos os limites da Justiça do Trabalho, reconhecem que ao extinguir o poder normativo para

julgar nossos direitos e manter o poder da Justiça do Trabalho para julgar nossas mobilizações e impor penalidades à categoria e aos seus sindicatos, é uma medida extremamente prejudicial a todos trabalhadores que exercem atividades consideradas essenciais.

Na nossa categoria, portanto, a medida só coloca maiores dificuldades para os trabalhadores na luta por seus direitos, pois ao mesmo tempo que não podemos recorrer ao Poder Judiciário para garantir o mínimo, somos simplesmente proibidos de pressionar os patrões e os governos, pois nossa greve é considerada ilegal.

Por isso, nessa campanha salarial, paralelo à luta pelos nossos direitos, contra a terceirização e privatização, teremos também que nos incorporarmos à luta contra essa mudança na legislação e também contra a proposta de Reforma Sindical que o governo Lula encaminhou ao Congresso Nacional, pois ela além de “aprimorar” o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho promove um verdadeiro desmonte de toda a estrutura sindical brasileira.

**Editorial:
Duas faces da
mesma moeda**

Página 2

**Fenametro reúne-
se com presidente
do TCU**

Página 2

**Acontece nos
estados: Campanha
Salarial**

Página 3

**Metroviários
lutam contra a
reforma sindical**

Página 8

As duas faces da mesma moeda

Recentemente, o governo federal promoveu altos investimentos no setor ferroviário de cargas. Em contrapartida, o transporte de passageiros continua abandonado. Apesar de o governo ter anunciado a contratação de metroviários em Recife e Belo Horizonte, não é possível varrer para debaixo do tapete os problemas que vêm se acumulando no setor. Aí se enquadram, por exemplo, o descaso com o patrimônio público e os atentados contra os direitos dos trabalhadores. Os metroviários estão sentindo isso nas campanhas salariais que estão em curso no país. Uma explicação plausível para essa situação é a contradição existente no governo. No primeiro caso, o de transporte de cargas, há a pressão dos beneficiados pelo agronegócio exportador. Nesse rol se incluem empresários rurais, latifundiários, banqueiros e a ciranda financeira internacional.

A lógica que move a atenção

para o transporte de cargas e o descaso com o transporte de passageiros é a da política macroeconômica — um modelo que alimenta a ciranda financeira com divisas que são consumidas pelo pagamento de juros. É um acinte dizer que essa política conservadora é “moderna” num país no qual em cada cinco pessoas duas só ganham o suficiente para comprar o básico — e outras duas nem para isso ganham. Os 137 milhões de brasileiros pertencentes às classes C, D e E — cerca de 81% da população, segundo o IBGE —, têm renda mensal bruta que lhes impedem de ter qualquer poder de escolha nas decisões de consumo — aí incluído o transporte.

Ou seja: enquanto o agronegócio sustenta a ciranda financeira dos “modernos”, o Brasil real joga água fria nos ideais de consumo de massa. Com a globalização do cassino financeiro, a aposta no comércio internacional de commodities como salvação da lavoura pouco interfere nos problemas de fundo do nosso

país — como mostra essa diferença de tratamento entre uma e outra modalidade de transporte. Além de penalizar as faixas mais empobrecidas da população, essa inversão de valores revela um problema de estratégia para o país. Se não investirmos o capital na produção, não expandimos a indústria. E assim perpetuamos a divisão clássica da sociedade brasileira.

A questão é: até quando pode-se tolerar uma casta dirigente diminuta, presa à terra, avessa à indústria, concentrando o PIB de modo autoritário, apta a consumir os bens que lhe permite continuar existindo com luxo em meio à miséria geral? Certamente não nos livraremos desta mentalidade oligárquica do latifúndio, que está presente em toda a economia brasileira, com uma penada. Mas não podemos cobrar do governo menos do que um esforço sério para romper com ela e colocar o país em um rumo mais promissor. Essa é a tarefa dos trabalhadores brasileiros.

Fenametro reúne-se com presidente do TCU

Por meio do mandato do deputado federal Jamil Murad (PCdoB-SP), a Fenametro reuniu-se no dia 23 de março com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta,

para entregar a representação contra a decisão do Conselho de Administração da CBTU de recomendar a terceirização dos serviços de venda de bilhetes e de segurança operacional na empresa.

Participaram da reunião, além do presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, e do assessor do deputado Jamil Murad, Arnaldo Alves, o presidente do Sindicato dos Metroviários do Recife, Cirano Lopes, e o diretor do Sindicato dos Metroviários do Distrito Federal, Vitor Brito.

O processo foi encaminhado ao relator, ministro Ubiratan Aguiar, que notificou e solicitou esclarecimentos à empresa. O TCU em breve deve dar um parecer sobre o processo.

Uma nova representação deve ser encaminhada pela Fenametro ao TCU, solicitando providências para acabar de vez com as terceirizações ilegais implantadas na CBTU e na Trensurb pelo governo FHC e que até agora não foram corrigidas pelo governo Lula.



Da esquerda para a direita: Cirano, Arnaldo, Fajardo, Brito e o Presidente do TCU, Adylson Motta

Metroviários se mobilizam contra transferência do Metro-RJ para o Citibank

Os metroviários cariocas acompanham atentamente a operação de transferência de controle acionário do Metrô do Rio de Janeiro. O Citigroup rompeu sua parceria com o Opportunity, de Daniel Dantas, e assumiu a gestão de empresas do grupo — entre elas a Opportrans, que administra o Metrô carioca. O problema é que a transferência não pode ocorrer sem autorização do poder concedente — o Estado.

O Metrô do Rio de Janeiro foi concedido por 20 anos ao grupo de Daniel Dantas e a Cometrans Argentina. O Opportunity, vinculado ao Citibank e a outros interesses financeiros, controla um bem público cujo custo de construção é superior a R\$ 100 milhões por quilômetro de rede, material rodante, oficinas e um gigantesco patrimônio imobiliário. A Fenametro e o SIMERJ estão questionando a legalidade do processo e vão solicitar providências por parte das autoridades competentes para impedir mais uma falcatrua contra o patrimônio público.

Trensurb não consegue mudar escala

A Trensurb, empresa que administra o metrô gaúcho, desrespeitando cláusula do Acordo Coletivo em vigor, no dia 6 de maio tentou mudar arbitrariamente as escalas de trabalho dos funcionários das estações e segurança. A categoria não aceitou e continuou a praticar a escala em vigor. Segundo o acordo coletivo da categoria, uma mudança como essa só poderia ocorrer por meio de uma comissão paritária.

Com a categoria mobilizada, o Sindicato recorreu à Justiça. Em uma audiência no dia 13/05, o juiz propôs que a empresa e o Sindicato compusessem um acordo para negociar uma solução no prazo de 15 dias.

Campanha Salarial nos Estados



São Paulo

As negociações em São Paulo só iniciaram depois do julgamento na Justiça do Trabalho da cláusula do adicional de risco de vida referente ao dissídio de 2004. A categoria ganhou e por unanimidade os juízes mantiveram o adicional para todos os Agentes de Estação e Agentes e Supervisores de Segurança Operacional.

Na primeira reunião a empresa inovou e apresentou a proposta de 6,5% de reajuste salarial, a manutenção do adicional de risco de vida sem as ampliações determinadas pelo TRT e praticamente encerrou as negociações sem atender a nenhuma nova reivindicação e não conceder aumento real.

O Sindicato e a categoria rejeitaram a proposta da empresa e realizaram uma série de mobilizações culminando com uma grande passeata no centro da cidade no último dia 24. Com o estado de greve decretado e a paralisação marcada para o dia 01 de junho, os metroviários paulistas pressionam para garantir ampliação dos direitos e principalmente a igualdade de direitos entre os novos e os antigos funcionários da empresa.



Rio de Janeiro

No Rio o Sindicato negocia com duas empresas: a Riotrilhos e a Opportrans. Um setor da categoria está vinculado à Riotrilhos — empresa estatal — e outro à Opportnas — privada. No dia 14 de abril, a Riotrilhos recebeu do Sindicato a pauta de reivindicações. A entrega da pauta na realidade é só um cumprimento de formalidade, pois desde a privatização que os trabalhadores vinculados à Riotrilhos não são atendidos em suas reivindicações. Os dissídios tem sido resol-

vidos na Justiça do Trabalho e dificilmente o governo cumpre as decisões. Já na Opportnas, em função das indefinições sobre o controle acionário (vide página 2), as negociações estão emperradas e até agora a empresa negou todas as reivindicações. Como as cláusulas sociais do Acordo Coletivo tem validade de dois anos, nesta campanha só se está discutindo as cláusulas econômicas.



Distrito Federal

Os metroviários do Distrito federal, que têm data base em março, acordaram uma prorrogação do Acordo Coletivo até 31 de maio. O período está finalizando e em assembléia realizada no último sábado, os metroviários brasilienses recusaram a proposta da empresa que, através de um reenquadramento e correção de faixas salariais que irá garantir um reajuste variável de acordo com a função de cada funcionário, de 14,19% a 31,16%. No entanto, a empresa se recusa a renovar todas as demais cláusulas sociais que já vinha praticando.



Recife, Belo Horizonte

A campanha salarial dos trabalhadores da CBTU, que envolve os metroviários do Recife, de Belo Horizonte e Fortaleza, depois de três longas rodadas de negociações, pouco avançou. Com total ausência de autonomia para decidir sobre questões financeiras, os representantes da empresa não assumem nenhum compromisso que garanta os direitos dos trabalhadores. Frente a esta situação, os metroviários e os ferroviários da CBTU rejeitaram a proposta de reajuste linear de 6,61% e de congelamento do ticket e da ajuda de custo para plano de saúde, deliberaram estado de greve e assembléia permanente. Uma nova negociação está marcada para o dia 6 de junho,

mas os sindicatos vão buscar negociações diretamente com os ministérios das Cidades e do Planejamento em Brasília e não havendo acordo a categoria poderá entrar em greve.



Fortaleza

Em função do processo de estadualização, os metroviários cearense também participam das negociações com a CBTU. No entanto, as cláusulas sociais são encaminhadas ao Metrofor, que até agora não atendeu às reivindicações de melhoria no Plano de Cargos e Salários, jornada de trabalho, entre outras. Além disso uma cláusula do processo de estadualização que vence em dezembro de 2005 que garante o repasse pelo governo federal dos salários dos trabalhadores, ainda não foi renovado e preocupa o Sindicato e a categoria. A proposta de reajuste de 6,61% oferecido pela CBTU, também foi rejeitado pelos trabalhadores que estão em estado de greve junto com Belo Horizonte e Recife.



Rio Grande do Sul

A campanha salarial no Rio Grande do Sul, teve seu início tumultuado pela mudança de escala que a empresa resolveu implantar (vide página 2). A primeira reunião de negociação ocorreu no dia 5 de maio, e depois de três rodadas de negociações a empresa apresentou proposta de 6,61% de reajuste salarial e congelamento dos valores do acordo passado para o tichet, auxílio creche entre outras. A empresa apresentou também proposta de alteração na redação da cláusula dos adicionais de quebra de caixa e risco de vida, visando conceder exclusivamente aos funcionários que estejam no exercício da função. A comissão de Negociação e o Sindimetô já recusaram a proposta e uma nova reunião está agendada para o dia 2 de junho.

Fim da RFFSA não interessa ao Brasil

O governo pretende encerrar o processo de liquidação extrajudicial da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que dura cinco anos. A extinção da estatal, uma das grandes "mortas-vivas" do setor público depois de ser duramente atingida pelo Programa de Desestatização da "era FHC", está sendo determinada por Medida Provisória (MP). Com isso, a União assume todos os direitos e obrigações da extinta RFFSA, incluindo um passivo trabalhista de 38 mil ações judiciais. Na prática, o governo está se submetendo aos interesses das empresas que só dilapidaram o patrimônio público. A Fenametro conclama o movimento sindical a levantar a bandeira de condenção a essa MP. Defender a RFFSA é defender os interesses estratégicos do Brasil e dos brasileiros.





Metroviários lutam em todo o país contra a reforma sindical

Dando consequência às resoluções do Seminário Nacional realizado em Porto Alegre no mês de janeiro, a direção executiva da Fenametro decidiu incorporar-se e convocar todos os Sindicatos de Metroviários para a luta contra a aprovação da PEC 369, que o governo apresentou ao Congresso Nacional propondo a reforma sindical. Já no lançamento da Frente Nacional contra a PEC 369, no dia 2 de março na Assembleia Legislativa de São Paulo, a Fenametro e o Sindicato dos Metroviários de São Paulo marcaram presença com seus diretores e várias faixas.

No dia 16 de março, durante a audiência do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, dirigentes da Fenametro e dos sindicatos de metroviários de São Paulo, Brasília e Recife participaram da manifestação contra a proposta do governo e passaram a integrar oficialmente a Frente Nacional contra a PEC 369. Os metroviários também participaram, de forma marcante,

de manifestações em São Paulo e no Rio de Janeiro.

No dia 14 de abril, o presidente da Fenametro, Wagner Fajardo, foi um dos debatedores no seminário “Mudanças e Impasses na Reforma Sindical”, realizado na Câmara dos Deputados, promovido pelas lideranças dos partidos PCdoB, PSB, PPS e PV — que são contra a PEC 369. Em sua intervenção, Fajardo informou a decisão dos metroviários de lutar contra a proposta do governo. “A PEC dá fundamento para agredir ainda mais o direito do trabalhador, que nós construímos ao longo do tempo. Independente das nossas diferenças, vamos lutar para que ela seja rejeitada no Congresso Nacional”, disse ele.

No dia 20 de abril, o companheiro Carlos Eduardo Ramos Paz, diretor da Fenametro e do SIMERJ, representou a Federação no ato de lançamento da Frente contra a PEC 369 na ABI, promovido pela CUT/RJ e demais entidades. Em Belo Horizonte, Raimundo Bartholomeu e Jose Geraldo Alves representaram a



Metroviários participam da audiência da Comissão de Trabalho da Câmara

Fenametro nas atividades promovidas pela Frente contra a PEC 369.

Na 11ª Plenária Nacional da CUT, além do vice-presidente da central e coordenador da Frente contra a PEC 369, o metroviário Wagner Gomes, os dois diretores da Fenametro Onofre Gonçalves de Jesus de São Paulo e José Innocência, de Pernambuco, e a

metroviária paulista e diretora da CNTT-CUT, Tânia Machado Cândia, votaram contra a PEC 369, ao mesmo tempo que apoiaram a proposta de uma plataforma democrática que unifique o movimento sindical e que defenda, entre outros pontos, a manutenção da unicidade sindical nos sindicatos de base, a convenção 158 da OIT que impede a demissão imotivada, a ultratividade dos acordos coletivos.



Delegação de metroviários que participaram da audiência pública em Brasília no dia 16 de março

EXPEDIENTE

Jornal **METROVIÁRIOS DO BRASIL** é uma publicação da **Fenametro - Federação Nacional dos Metroviários**.

Rua Serra do Japi, 31 - São Paulo - SP - CEP 03309-000 - Fone: (11) 6195-3605

Diretoria Executiva: **Presidente:** Wagner Fajardo - SP; **Vice-presidente:** Evandro - RJ; **Tesoureira:** Ivânia - SP; **Imprensa:** Ronaldo - RJ; **Saúde:** Cirano - PE; **Pol. Sind.:** Innocência - PE;

Formação: Cátia - DF; **Tecnologia:** Dagnaldo - SP; **Mulher:** Berenice - RS; **Ass. Discr. Racial:** Rosa - SP; **Rel. Intersind.:** Onofre - SP; **Ass. Aposentadoria:** Bartolomeu - BH.

Jornalista Responsável: Osvaldo Bertolino.

Criação e Diagramação: Andocides Bezerra

Página na Internet: www.fenametro.org.br

E-mail: fenametro@fenametro.org.br